

Endereço desta legislação

<http://leismunicipa.is/lpqhb>**LEI Nº 6141, DE 05 DE JUNHO DE 2012.**(Regulamentada pelo Decreto nº [9869/2012](#))

INSTITUI O SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS E O PLANO INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE ACORDO COM O PREVISTO NA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307, DE 05 DE JULHO DE 2002, DE 16 DE AGOSTO DE 2004 E LEI FEDERAL Nº 12.305, DE 02 DE AGOSTO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE ITAJAÍ Faço saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DO OBJETO**

Art. 1º A gestão dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, no âmbito do Município de Itajaí deve obedecer ao disposto nesta Lei.

**CAPÍTULO II
DO OBJETIVO**

Art. 2º Os Resíduos da Construção Civil e os Resíduos Volumosos gerados no município, nos termos do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, devem ser destinados às áreas indicadas no artigo 4º desta Lei, visando a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme legislação federal específica.

§ 1º Os Resíduos da Construção Civil e os Resíduos Volumosos não podem ser dispostos em:

- I - áreas de "bota fora";
- II - encostas;
- III - praias, mar ou qualquer corpo hídrico;
- IV - lotes vagos;
- V - passeios, vias e outras áreas públicas;
- VI - áreas não licenciadas (lotes urbanos e rurais);
- VII - áreas protegidas por lei.

§ 2º Os Resíduos da Construção Civil, se apresentados na forma de agregados reciclados ou na condição de solos não contaminados, podem ser utilizados em aterros sanitários com a finalidade de execução de serviços internos ao aterro.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para efeito do disposto nesta Lei ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Agregados Reciclados: material granular proveniente do beneficiamento de Resíduos da Construção Civil de natureza mineral (concreto, argamassas, produtos cerâmicos e outros), designados como classe A, que apresenta características técnicas adequadas para aplicação em obras de edificação ou infra-estrutura conforme especificações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - (ABNT);

II - Área de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil: empreendimento destinado ao recebimento e transformação de Resíduos da Construção Civil designados como classe A, já triados, para produção de agregados reciclados conforme especificações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - (ABNT);

III - Área de Transbordo de Resíduos da Construção Civil: estabelecimento destinado ao recebimento de pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil gerados e coletados por agentes públicos ou privados, cuja área, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, deve ser usada para triagem dos resíduos recebidos, eventual transformação e posterior remoção para adequada disposição, conforme especificações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - (ABNT);

IV - Área para Regularização Topográfica: técnica de regularização do terreno em que se utilizem materiais provenientes de movimento de terra, bem como de resíduos da construção civil exclusivamente os da Classe A, necessários para edificá-los;

V - Aterro de Resíduos da Construção Civil: área licenciada onde são empregadas técnicas de disposição de Resíduos da Construção Civil de origem mineral, designados como classe A, visando à reserva de materiais de forma segregada possibilitando a futura utilização da área, utilizando princípios de engenharia para confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, conforme especificações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - (ABNT) e demais normas vigentes;

VI - Beneficiamento: é o ato de submeter o resíduo a operações e/ou processos que tenham por objetivo dotá-los de condições que permitam sua utilização como matéria-prima ou produto;

VII - Controle de destino final de resíduos: documento emitido pelo receptor de resíduos da construção civil, informando sobre a origem, a quantidade, descrição e o destino final destes resíduos, conforme especificações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - (ABNT);

VIII - Controle de Transporte de Resíduos (CTR): documento emitido pelo transportador de resíduos que fornece informações sobre gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, conforme especificações estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - (ABNT);

IX - Demolição: o desfazer de uma construção ou parte dela, com a geração de Resíduos da Construção Civil;

X - Deposição inadequada de resíduos: são todas as formas de depositar, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular resíduos sólidos sem medidas que assegurem a efetiva proteção ao meio ambiente e à saúde pública e/ou em desacordo com a legislação pertinente;

XI - Destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos ambientais competentes, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

XII - Disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e a segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

XIII - Equipamentos de Coleta de Resíduos da Construção Civil: dispositivos utilizados para a coleta e posterior

transporte de resíduos, tais como caçambas metálicas estacionárias, caçambas basculantes instaladas em veículos auto-propelidos, carrocerias para carga seca e outros, incluídos os equipamentos utilizados no transporte do resultado de movimento de terra;

XIV - Geradores de Resíduos da Construção Civil: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias ou responsáveis por atividades e/ou obra de construção civil ou empreendimento com movimento de terra, que produzam Resíduos da Construção Civil;

XV - Geradores de Resíduos Volumosos: pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, proprietárias, locatárias ou ocupantes de imóvel em que sejam gerados Resíduos Volumosos;

XVI - Gerenciamento de resíduos: é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo o planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;

XVII - Grandes Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos: aqueles contidos em volumes superiores a 1m³ (um) metro cúbico;

XVIII - Obra: construções, reformas, reparos, escavações e desmonte de terreno, entre outros;

XIX - Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos: aqueles contido em volumes até 1m³ (um) metro cúbico;

XX - Ponto de Entrega para Pequenos Volumes (PEV's): equipamento público destinado ao recebimento de pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, gerados e entregues pelos munícipes, podendo estes serem coletados e entregues por pequenos transportadores diretamente contratados pelos geradores. Devem ser usados para a triagem de resíduos recebidos, posterior coleta diferenciada e remoção para adequada disposição, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, atendendo às especificações das normas brasileiras (ABNT);

XXI - Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC): projeto técnico que estabelece os procedimentos necessários para o manejo e destinação final ambientalmente adequados dos RCC's;

XXII - Projeto Simplificado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PSGRCC): projeto simplificado de acordo com formulário específico determinado pelo órgão ambiental municipal, que estabelece os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos RCC's;

XXIII - Receptores de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos: pessoas jurídicas, públicas ou privadas, operadoras de empreendimentos, cuja função seja o manejo adequado de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos;

XXIV - Reciclagem: é o processo de reaproveitamento de um resíduo após ter sido submetido à transformação;

XXV - Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponível e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XXVI - Reservação de Resíduos: processo de disposição segregada de resíduos triados para reutilização ou reciclagem futura;

XXVII - Resíduos da Construção Civil (RCC's): provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras. Devem ser classificados, conforme o disposto nas Resoluções CONAMA nº 307 e nº 348, nas classes A, B, C e D;

XXVIII - Resíduos Volumosos: resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de

madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros, comumente chamados de bagulhos e não caracterizados como resíduos industriais;

XXIX - Reutilização: é o processo de reaplicação de um resíduo sem transformação do mesmo;

XXX - Transportadores de Resíduos de Construção e Resíduos Volumosos: pessoas físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte remunerado dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas licenciadas de destinação.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E RESÍDUOS VOLUMOSOS

Art. 4º Fica instituído o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil cujo objetivo é a facilitação da correta disposição, o disciplinamento dos fluxos e dos agentes envolvidos e a destinação adequada dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos gerados no município.

§ 1º O Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil incorpora:

I - O Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, no caso de pequenos geradores;

II - Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, no caso dos geradores não compreendidos no inciso I;

§ 2º O Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil é corporificado no Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos que é constituído por um conjunto integrado de áreas físicas e ações, descritas a seguir:

I - Uma rede de Pontos de Entrega para Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos;

II - Áreas de transbordo e triagem para Pequenos Volumes;

III - Áreas licenciadas para Aterros de Resíduos da Construção Civil, Áreas para Regularização Topográfica e de empreendimentos para beneficiamento e/ou reciclagem para os Pequenos e Grandes Volumes;

IV - Ações para a informação e educação ambiental dos munícipes, dos geradores, dos transportadores de resíduos e das instituições sociais multiplicadoras, definidas em programas específicos;

V - Ações para o controle e fiscalização do conjunto de agentes envolvidos, definidas em programa específico;

VI - Ação de gestão integrada a ser desenvolvida por Núcleo Permanente de Gestão que garanta a unicidade das ações previstas no Plano Integrado de Gerenciamento e exerça o papel gestor que é competência do Poder Público Municipal.

SEÇÃO I DO PROGRAMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 5º A gestão dos resíduos em pequenos volumes deve ser feita por intermédio do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil que tem como diretrizes técnicas:

I - A melhoria da limpeza urbana;

II - A possibilitação do exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, por meio de pontos de captação perenes;

III - Fomentar a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Art. 6º Para implementação do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ficam criados os Pontos de Entrega para Pequenos Volumes (PEV), sendo definidas:

I - Sua constituição em rede;

II - Sua qualificação como serviço público de coleta.

§ 1º Para a instalação de Pontos de Entrega para Pequenos Volumes devem ser destinadas, pelo Poder Público, áreas licenciadas reservadas ao uso público.

§ 2º O número e a localização dos Pontos de Entrega para Pequenos Volumes devem ser definidos e readequados por ato do Núcleo Permanente de Gestão para obtenção de soluções eficazes de captação e destinação.

§ 3º Os Pontos de Entrega para Pequenos Volumes devem receber de munícipes descargas de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, limitadas ao volume de 1m³(um) metro cúbico por descarga, para triagem obrigatória, posterior transbordo e destinação adequada dos diversos componentes.

Art. 7º É vedado aos Pontos de Entrega para Pequenos Volumes receber a descarga de resíduos domiciliares, resíduos industriais, resíduos dos serviços de saúde.

Art. 8º Fazem parte do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil as ações de educação ambiental e de controle e fiscalização, necessárias ao seu bom funcionamento.

Parágrafo Único - Caberá ao Núcleo Permanente de Gestão a coordenação das ações previstas no caput, em conformidade com as diretrizes das entidades envolvidas

SEÇÃO II DOS PROJETOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Art. 9º Os geradores de grandes volumes de resíduos da construção civil, públicos ou privados, cujos empreendimentos requeiram a expedição de licenças ambientais e/ou alvarás de aprovação e execução de edificação nova, de reforma ou reconstrução, de demolição, de muros de arrimos e de movimento de terra, nos termos da legislação municipal, devem desenvolver e implementar Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, em conformidade com as diretrizes da Resolução CONAMA nº 307 e 348 e Lei Federal 12.305/10, estabelecendo os procedimentos específicos da obra para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

§ 1º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil:

I - Devem apresentar a caracterização dos resíduos e os procedimentos a adotar para sua minimização e para o manejo correto nas etapas de triagem, acondicionamento, transporte e destinação;

II - Em obras com atividades de demolição devem incluir o compromisso com a prévia desmontagem seletiva dos componentes da construção, respeitadas as classes estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 307 e nº 348 visando à minimização dos resíduos a serem gerados e a sua correta destinação.

§ 2º Os geradores especificados no caput devem:

I - Especificar nos seus projetos, em conformidade com as diretrizes da legislação vigente, os procedimentos que serão adotados para outras categorias de resíduos eventualmente gerados no empreendimento, em locais tais como ambulatórios, refeitórios e sanitários;

II - Quando contratarem serviços de transporte, triagem e destinação de resíduos, apresentar e especificar em seus Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil os agentes e respectivas licenças de cada responsável por estas etapas;

III - Quando entes públicos, na impossibilidade de cumprimento do disposto no inciso II em decorrência de certame licitatório ainda não iniciado, apresentar, para aprovação dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, termo de compromisso de contratação de agente licenciado para a execução dos serviços de transporte, triagem e destinação de resíduos em substituição temporária à sua identificação, conforme exigido no artigo 10 desta Lei.

§ 3º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil podem prever o deslocamento, recebimento ou envio, de resíduos da construção civil Classe "A", triados, entre empreendimentos licenciados, detentores de Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

Art. 10 Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem ser implementados pelos construtores responsáveis por obra objeto de licitação pública, devendo ser exigida, para a assinatura do contrato, comprovação da regularidade dos agentes responsáveis pelas atividades de transporte, triagem e destinação de resíduos, definidos entre os devidamente licenciados pelo Poder Público.

§ 1º É de responsabilidade dos executores de obras ou serviços em logradouros públicos a manutenção dos locais de trabalho permanentemente limpos e a manutenção de registros e comprovantes (CTR) do transporte e destinação corretos dos resíduos sob sua responsabilidade.

§ 2º Todos os editais referentes às obras públicas em licitação, bem como os documentos que os subsidiem, na forma de contratos, especificações técnicas, memoriais descritivos e outros, devem incluir a exigência de implementação dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e fazer constar às normas emanadas desta Lei.

§ 3º Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil devem observar o disposto no Art. 9º da Lei Federal 12.305/10, priorizando a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, nesta ordem.

Art. 11 O Executivo deve regulamentar os procedimentos de análise dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para as obras públicas e privadas.

§ 1º O Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, de empreendimentos e atividades:

I - Não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deve ser apresentado juntamente com o projeto de construção do empreendimento para análise pelo órgão municipal competente;

II - Sujeitos ao licenciamento ambiental devem ser analisados dentro do processo de licenciamento, pelo órgão competente.

§ 2º A emissão de Habite-se e Licença Ambiental de Operação (LAO), pelos órgãos competentes, para os empreendimentos dos geradores de resíduos de construção, deve estar condicionada à apresentação dos documentos de Controle de Transporte de Resíduos (CTR) ou outros documentos de contratação de serviços anunciados no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, comprovadores da correta triagem, transporte e destinação dos resíduos gerados.

§ 3º Os documentos de Controle de Transporte de Resíduos relativos aos empreendimentos devem estar disponíveis nos locais da geração dos resíduos para fins de fiscalização pelos órgãos competentes.

Art. 12 Os executores de obra objeto de licitação pública devem comprovar durante a execução do contrato, e no seu término, o cumprimento das responsabilidades definidas no Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Parágrafo Único - O não cumprimento da determinação expressa no caput deste artigo determina o impedimento dos agentes submetidos a contratos com o Poder Público, em conformidade com o art.87, incisos III e IV da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993:

I - De participar de novas licitações;

II - Ou de contratar, direta ou indiretamente, com a Administração Pública.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 13 São responsáveis pela gestão dos resíduos:

I - Os Geradores de Resíduos da Construção Civil, pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições, bem como por aqueles resultantes de serviços preliminares de remoção de vegetação e escavação de solos;

II - Os geradores de Resíduos Volumosos, originados nos imóveis municipais e de propriedade pública ou privada;

III - Os Transportadores e os Receptores de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, no exercício de suas respectivas atividades.

Parágrafo Único - Responderão solidariamente pela gestão dos resíduos os geradores, transportadores e outros atores sociais envolvidos na Indústria da Construção Civil, assim como os responsáveis pelo tratamento ou destino final destes resíduos.

SEÇÃO I

DA DISCIPLINA DOS GERADORES

Art. 14 Os Geradores de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Volumosos devem ser fiscalizados e responsabilizados pelo uso incorreto dos equipamentos disponibilizados para a captação disciplinada dos resíduos gerados.

§ 1º Os pequenos volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, limitados ao volume de 1m³(um) metro cúbico, podem ser destinados à rede de Pontos de Entrega para Pequenos Volumes, onde os usuários devem ser responsáveis pela sua disposição diferenciada.

§ 2º Os grandes volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, superiores ao volume de 1m³ (um) metro cúbico, devem ser destinados às áreas licenciadas previstas nesta lei.

§ 3º Os geradores citados no caput:

I - Só podem utilizar caçambas metálicas estacionárias e outros equipamentos de coleta destinados a Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos para a disposição exclusivamente destes resíduos;

II - Não podem utilizar chapas, placas e outros dispositivos suplementares que promovam a elevação da capacidade volumétrica de caçambas metálicas estacionárias, devendo estas serem utilizadas apenas até o seu nível superior original.

§ 4º Os geradores podem transportar seus próprios resíduos e, quando usuários de serviços de transporte, ficam obrigados a utilizar exclusivamente os serviços de remoção de transportadores licenciados pelo Poder Público Municipal.

I - O tratamento e o destino final dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos devem ser de acordo com as normas ambientais pertinentes, sem causar danos ao meio ambiente e a saúde pública.

SEÇÃO II

DA DISCIPLINA DOS TRANSPORTADORES

Art. 15 Os Transportadores de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, reconhecidos como ação privada de coleta regulamentada, serão submetidos às diretrizes e à ação gestora do poder público municipal e do órgão ambiental competente.

§ 1º Os equipamentos para a coleta de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos não podem ser utilizados para o transporte de outros resíduos.

§ 2º É vedado aos transportadores:

I - Realizar o transporte dos resíduos quando os dispositivos que os contenham estejam com a capacidade volumétrica elevada pela utilização de chapas, placas ou outros suplementos;

II - Sujar as vias públicas durante a operação com os equipamentos de coleta de resíduos;

III - Fazer o deslocamento de resíduos sem o respectivo documento de Controle de Transporte de Resíduos (CTR) quando operarem com caçambas metálicas estacionárias ou outros tipos de dispositivos deslocados por veículos automotores;

IV - Estacionar as caçambas na via pública em desacordo com a regulamentação específica.

§ 3º Os transportadores ficam obrigados:

I - Destinar os resíduos somente para áreas de beneficiamento ou aterros devidamente licenciados;

II - A estacionar as caçambas em conformidade com a regulamentação específica;

III - A utilizar dispositivos de cobertura de carga em caçambas metálicas estacionárias ou outros equipamentos de coleta, durante o transporte dos resíduos;

IV - Quando operarem com caçambas metálicas estacionárias ou outros tipos de dispositivos 13/19 deslocados por veículos automotores, a fornecer:

- a) Aos geradores atendidos, comprovantes identificando a correta destinação dada aos resíduos coletados;
- b) Aos usuários de seus equipamentos, documento simplificado de orientação, com:

1 - Instruções sobre posicionamento da caçamba e volume a ser respeitado;

2 - Tipos de resíduos admissíveis;

3 - Prazo de utilização da caçamba;

4 - Proibição de contratar os serviços de transportadores não licenciados;

5 - Penalidades previstas em lei e outras instruções que julguem necessárias.

§ 4º A presença de transportadores irregulares descompromissados com o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e resíduos Volumosos e a utilização irregular das áreas de destinação e equipamentos de coleta devem ser coibidas pelas ações de fiscalização.

SEÇÃO III

DA DISCIPLINA DOS RECEPTORES

Art. 16 Os Receptores de Grandes e Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos devem promover o manejo destes somente em empreendimentos de beneficiamento e/ou reciclagem ou

em aterros licenciados que atendam as especificações das normas ambientais vigentes, sendo definidas:

I - Sua constituição em rede;

II - A necessidade de seu licenciamento pelos órgãos competentes;

III - A implantação de empreendimentos privados e/ou público regulamentados, visando à destinação adequada dos resíduos em conformidade com as diretrizes desta Lei, de sua regulamentação e das normas técnicas brasileiras.

§ 1º Os operadores dos locais referidos no caput poderão receber resíduos da construção civil de outros municípios somente de transportadores devidamente licenciados, exceto os PEV's.

§ 2º Não são admitidas as descargas de:

I - Resíduos de transportadores que não tenham sua atuação licenciada pelos órgãos competentes;

II - Resíduos domiciliares, resíduos industriais e resíduos dos serviços de saúde.

Art. 17 O Núcleo Permanente de Gestão, visando soluções eficazes de captação e destinação dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos, deve definir e readequar:

I - O número e a localização das áreas públicas e privadas previstas;

II - O detalhamento das ações públicas de educação ambiental;

III - O detalhamento das ações de controle e fiscalização;

IV - Os aterros licenciados em funcionamento anterior a lei.

Art. 18 O Poder Público Municipal, por meio de seus órgãos competentes, deve criar procedimento de registro e licenciamento para que proprietários de áreas que necessitem de regularização topográfica possam executar aterros somente com Resíduos da Construção Civil denominados de Classe "A", conforme estabelecido pela Resolução CONAMA 307 e as normas técnicas brasileiras específicas.

§ 1º As áreas para regularização topográfica devem receber resíduos isentos de lixo, materiais velhos e quaisquer outros detritos, dispondo-se neles somente os resíduos da construção civil de natureza mineral;

§ 2º Toda e qualquer movimentação de terra que configure a alteração do relevo local, por corte ou aterro só pode ser realizada mediante a análise e expedição de alvará e/ou licença pelos órgãos municipal competentes.

Art. 19 Os Aterros de Resíduos da Construção Civil licenciados anteriormente a esta lei terão prazo 6 (seis) meses para adequar-se a presente lei e demais normas pertinentes.

CAPÍTULO VI

DA DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS

Art. 20 Os Resíduos Volumosos captados no Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos devem ser triados, aplicando-se a eles, sempre que possíveis processos de reutilização, desmontagem e reciclagem que evitem sua destinação Final a aterro sanitário.

Art. 21 Os Resíduos da Construção Civil devem ser preferencialmente triados na origem, aplicando-se a eles, sempre que possíveis processos de reutilização, desmontagem e reciclagem.

Art. 22 Os Resíduos da Construção Civil devem ser preferencialmente triados pelos geradores, segundo a classificação definida pelas Resoluções CONAMA nº 307 e nº 348, em classes A, B, C e D e devem receber a destinação prevista nestas resoluções e nas normas técnicas brasileiras.

§ 1º Os resíduos referidos no "caput" denominados de classe "D" devem ser obrigatoriamente triados e acondicionados separadamente das demais classes previstas na Resolução CONAMA nº 307 e nº 348 e nas normas técnicas brasileiras.

§ 2º Os Resíduos da Construção Civil de natureza mineral, designados como classe "A" pela legislação federal específica, devem ser preferencialmente reutilizados e/ou reciclados na origem, salvo se inviáveis estas operações, quando:

I - Devem ser conduzidos a empreendimentos de beneficiamento, Aterro de Resíduos da Construção Civil ou Áreas para Regularização Topográfica, devidamente licenciados.

Art. 23 O Poder Executivo Municipal deve regulamentar as condições para o uso preferencial dos resíduos designados como classe "A" na forma de agregado reciclado:

I - Em obras públicas de infra-estrutura (revestimento primário de vias, camadas de pavimento, passeios e muração públicos, artefatos, drenagem urbana e outras);

II - E em obras públicas de edificações (concreto, argamassas, artefatos e outros).

§ 1º As condições para o uso preferencial de agregados reciclados devem ser estabelecidas para obras contratadas ou executadas pela administração pública direta e indireta, obedecidas às normas técnicas brasileiras específicas.

§ 2º Estão dispensadas da exigência imposta no § 1º:

I - As situações em que não ocorra a oferta de agregados reciclados;

II - As situações em que estes agregados tenham preços superiores aos dos agregados naturais.

§ 3º Todas as especificações técnicas e editais de licitação para obras públicas municipais devem fazer, no corpo dos documentos, menção expressa ao disposto neste artigo.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 24 Fica criado o Núcleo Permanente de Gestão, responsável pela coordenação das ações integradas previstas no Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

§ 1º O Núcleo Permanente de Gestão deve:

I - Ser organizado a partir da Secretaria de Obras e Serviços Municipal de Itajaí ou dos órgãos que os sucederem;

II - Ser regulamentado, implantado e ter suas atribuições definidas por decreto do executivo municipal;

III - Realizar reuniões periódicas com representantes dos agentes geradores, transportadores e receptores de resíduos, visando o compartilhamento de informações para a sua gestão adequada.

Art. 25 Cabe aos órgãos de fiscalização do município, no âmbito da sua competência, o cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei e aplicação de sanções por eventual inobservância.

Art. 26 No cumprimento da fiscalização, os órgãos competentes do município devem:

I - Orientar e inspecionar os geradores, transportadores e receptores de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos quanto às normas desta Lei;

II - Vistoriar os veículos cadastrados para o transporte, os equipamentos acondicionadores de resíduos e o material

transportado;

III - Expedir notificações, autos de infração, de retenção e de apreensão;

IV - Enviar aos órgãos competentes, os autos que não tenham sido pagos, para fins de inscrição na Dívida Ativa.

CAPÍTULO VIII DAS PENALIDADES

Art. 27 Aos infratores das disposições estabelecidas nesta Lei, aplicam-se, no que couber, as penalidades previstas na legislação ambiental federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO IX DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 28 Constituem infrações administrativas:

I - Depositar resíduos em locais proibidos:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

II - Depositar resíduos proibidos em caçambas metálicas estacionárias:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

III - Desrespeitar o limite de volume de caçamba estacionária por parte dos geradores:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

IV - Transportar resíduos sem licenças:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

V - Transportar resíduos proibidos:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

VI - Desrespeitar o limite de volume de caçamba estacionária por parte dos transportadores:

Multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

V - Despejar resíduos em via pública durante a carga ou transporte:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

VI - Deixar de possuir o documento de controle de transporte de resíduos - CTR:

Multa de:

- R\$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física;
- R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), se microempresa;
- R\$ 900,00 (novecentos reais), se empresa de pequeno porte;
- R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte; e
- R\$ 9.000,00 (nove mil reais), se empresa de grande porte.

VII - Estacionar em via pública, caçamba não utilizada para a coleta de resíduos:

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

IX - Transportar e destinar os resíduos para áreas não licenciadas:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

X - Estacionar caçamba, irregularmente:

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

XI - Deixar de colocar dispositivo de cobertura de carga:

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

XII - Deixar de fornecer comprovante da correta destinação e documento com orientação aos usuários:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)

XIII - Usar equipamentos em situação irregular de conservação e identificação:

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

XIV - Recepcionar resíduos de transportadores com licença vencida

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

XV - Recepcionar resíduos não autorizados

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

XVI - Utilizar resíduo não triado para áreas de regularização topográfica

Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com acréscimo de:

- R\$ 500,00 (quinhentos reais), até 1m³

- R\$ 2.000,00, (cinco mil reais) a cada m³ acrescido

XVII - Realizar movimento de terra proveniente da construção civil sem licença ambiental:

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

Art. 29 A atualização do valor da multa, uma vez não quitada pelo infrator, se dará mediante a aplicação da taxa Selic, considerando que engloba os juros e a atualização monetária.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Art. 31 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 05 de junho de 2012.

JANDIR BELLINI
Prefeito Municipal

ROGÉRIO NASSIF RIBAS

Procurador Geral do Município